DR. NEVES RODRIGUES
(Antigo Inspector Escolar)

ASPECTOS DA CULTURA POPULAR

(Conferência promovida pela Universidade Livre de Coimbra e sua Delegacia da Figueira)

COIMBRA, 1932

1932
TIPOGRAFIA POPULAR
—Figueira—

DR. NEVES RODRIGUES
(Antigo Inspector Escolar)

ASPECTOS DA CULTURA POPULAR

(Conferência promovida pela Universidade Livre de Coimbra e sua Delegacia da Figueira)

COIMBRA, 1932

1932
TIPOGRAFIA POPULAR
- Figueira -

Minhas Senhoras

Meus Senhores

E' cada vez mais urgente, sente-se cada vez mais imperiosa, a necessidade de fazer a renovação da mentalidade portuguesa, se quisermos assentar em bases duradoiras e firmes a verdadeira obra de regeneração nacional.

Esta afirmação, à fôrça de repetida, passou já à categoria dos lugares comuns que correm de bôca em bôca nas conversas ligeiras dos cafés, e até pretende, às vezes, servir de justificação ou desculpa para certas manifestações de atraso e ignorância que nos deprimem.

Quando se estuda a organização da democracia na fase actual de progressiva adaptação às condições sociais das diversas nações, surge logo o problema da formação individual como sendo aquele cuja solução deverá constituir o alicerce em que assentará o edifício do futuro. E, na verdade, o problema da organização geral da democracia só pode ser satisfatòriamente resolvido dentro do critério fundamental de que as instituïções democráticas, por serem essencialmente progressivas só são possíveis e viáveis, se cada homem tiver a consciência nítida e forte dos seus direitos e dos seus deveres.

O desenvolvimento da humanidade na sua marcha para a perfeição não se realiza por um movimento gradual e uniformemente acelerado, antes se efectua por movimentos de vai-vem, isto é, por impulsos de avanço e recuo. Cada época, cada momento da evolução histórica da humanidade, sendo a resultante da época ou do momento anterior, tem em si o germe da época e do momento seguinte.

Neste choque contínuo entre o presente e o futuro, *entre o que é* e o *que deve ser*, vão adiante, como faróis, as ideas que dirigem e marcam o limite ideal de perfeição em cada período histórico, e atrás, mais lentas e ronceiras, vêm as realizações que correspon-

dem a outras tantas substituïções *do que foi* pelo *que pode ser*.

E esta lei fatal do progresso domina tôdas as manifestações da vida social e resume tôda a história de desenvolvimento das ideas que orientam a humanidade. Ora, a-pesar-de tôdas as reacções e resistências, a democracia há de progredir sempre, porque tem em si mesma, nos seus princípios e na sua orgânica, os germes da perfeição e do progresso.

E àqueles que têm fé nas ideas e acreditam sinceramente na democracia, cabe o dever imperioso de facilitar e promover a sua marcha ascensional para a mais perfeita e íntegra realização do sistema.

Mas, a organização da democracia tem como ponto de partida a resolução dêste problema fundamental: — Fazer *um homem* de cada ser com forma e figura humanas.

Não basta que tenhamos suposto e declarado em leis que todo o indivíduo é *um homem;* é preciso que as realidades correspondam às ideas e, portanto, impõe-se a inadiável necessidade de assegurar a cada um o mínimo de condições que tornem eficientes e reais a personalidade e a dignidade humanas.

Se nos deixássemos seduzir pela lógica capciosa e retorcida de certos pensadores de afamadas virtudes, seríamos levados à conclusão de que o êrro fundamental da democracia consistiu precisamente em ter proclamado o homem racional e livre, em lhe ter atribuído direitos imprescritíveis, tornando dêste modo necessária a elevação moral do povo e a cultura de todos. E isto porque, no dizer dêsses críticos da democracia, teria sido necessário esclarecer o povo antes de o libertar, para não se assentarem as instituïções democráticas sôbre a quimera do homem racional e superior, quando a dura verdade é que a sociedade e a civilização se entregam ao homem tal como êle é, com todos os seus defeitos e paixões. Quere isto dizer que os reformadores e revolucionários da democracia começaram pelo fim, o que é um errado e perigoso processo de *construir*.

Contra a doutrina, hoje tão fortemente propagandeada e comentada, dêstes críticos, eu penso que todos os grandes criadores de ideal e até os fundadores das religiões nunca teriam começado a sua obra, se tivessem esperado que o homem fôsse aquilo que êles idearam que êle deveria ser. Além de que eu repito que todo o progresso se opera por êste processo de realização efectiva do que *pode ser* para se ir sucessivamente alcançando aquilo que *deve ser*.

A democracia não é o processo grosseiro e esmagador da sobreposição do número à razão, da quantidade à qualidade; pelo contrário, a sua essência consiste na melhor valorização e aproveitamento

da qualidade. Simplesmente, considera que a qualidade não é monopólio duma classe ou dum grupo e procura encontrá-la e desenvolvê-la na massa geral da nação, porque o talento e a virtude cívica tanto podem existir nos salões confortáveis dos bafejados da fortuna como nos humildes casebres perdidos nas serras ásperas. E dêste postulado deriva o princípio da igualdade jurídica de todos, ainda hoje tão mal interpretado e tão restritamente aplicado.

Atribuir a cada indivíduo uma maior soma de direitos é, ao mesmo tempo, impor-lhe a obrigação de os exercer livremente, mas conscientemente. E, para alcançar esta justa consciência dos direitos individuais, é necessário que cada homem não encontre outros obtáculos ao seu pleno desenvolvimento além daqueles que resultam das diferenças que a natureza irremediàvelmente assinala. Pelo processo basilar da selecção dos mais capazes, a democracia melhora sempre a qualidade, formando as *élites* que são, ou devem ser, o nervo activo e operante das sociedades que querem progredir. E se é certo que o desenvolvimento das *élites* é favorecido e realizado pela livre acção das instituïções democráticas, não é menos certo que essas *élites* têm, por seu turno, o dever de contribuir para o sucessivo e gradual aperfeiçoamento dos processos e das instituïções que tornaram possível a sua existência.

Àqueles que à organização social democrática devem a possibilidade da sua superioridade mental, contraíram para com a sociedade uma dívida maior de solidariedade e cooperação inteligente e activa.

A crise que a democracia atravessa, ou melhor, a falta de confiança nos verdadeiros processos da democracia resulta, em grande parte, do desconhecimento dêsses processos. E esta ignorância deriva do divórcio que tem existido entre as *élites* intelectuais e a massa popular. Nos períodos graves de desorganização social, a democracia tem-se salvo, nos seus princípios e na sua estrutura, mais pelo instintivo valor das massas do que pela acção persistente e sistemática do escol social, que assim tem deixado de cumprir a sua primeira e principal função: — a função de orientar e esclarecer o povo. Ora, o que se impõe, como necessidade imediata, é pôr têrmo a êste divórcio das *élites* e da massa popular descendo aquelas do seu isolamento egoísta e vindo até estas para as elevar e dirigir.

*

* *

Hoje a cultura popular é uma questão de salvação pública e todos podem e devem trazer para ela uma parcela do seu esfôrço e da sua inteligência. E não tenhamos ilusões: os decretos e as circulares ministeriais, por melhores que sejam, os discursos,

por mais brilhantes, não nos dispensam da acção imediata. Não esperemos que as coisas apareçam feitas por si mesmas; antes procure cada um de nós tornar-se aquilo que tem o direito e o dever de ser, não se esquecendo de que deve a todos os outros solidariedade e assistência.

A expansão da cultura geral pela massa da nação corresponde a uma medida de justiça e de eqüidade social a que todos têm irrecusável direito. Mas, podem as constituïções e tôdas as leis formular e proclamar o princípio da igualdade e da justiça, que nem uma nem outra se tornarão efectivas enquanto não houver, para todos sem excepção, idênticas possibilidades, idênticos meios de elevação e dignificação. Assim como, na ordem económica, é necessásio garantir a cada homem um mínimo de condições materiais que permitam uma justa divisão do trabalho e uma equitativa distribuïção dos benefícios e confortos que o mesmo trabalho produz e a civilização valoriza, assim também, na ordem moral e mental, a democracia organizada e equilibrada tem de fornecer a todos os meios e instrumentos necessários para a completa formação da personalidade moral pondo ao alcance de cada um os meios e instrumentos de cultura e valorização pessoal, que são o fundamento da dignidade humana e fazem do indivíduo um ser consciente e livre.

Há muitos anos já que se vem inscrevendo nos programas de govêrno e nas constituïções dos povos os princípios da obrigatoriedade e da gratuïdade da instrução, pelo menos, até àquele grau que se considera o mínimo grau de cultura abaixo do qual o homem fica mais perto da animalidade do que da humanidade.

E todo os povos que desejam sinceramente caminhar para o futuro alicerçam todo o seu progresso na mais larga expansão da cultura geral, procurando por todos os meios e à custa de grandes esforços monetários levar a todos os casais remotos os benefícios e as luzes da educação geral.

Em Portugal, também há muito já que a escola popular é obrigatória e gratuita.

Mas todos nós sabemos que a obrigatoriedade e gratuïdade da nossa educação geral não passam, ainda hoje, duma generosa aspiração, expressamente formulada, é certo, mas muitíssimo longe duma realização efectiva e completa.

Por um lamentável êrro de visão, a democracia portuguesa nos últimos vinte anos, ao procurar organizar-se e firmar-se, não atendeu suficientemente a êste facto irredutível: —as instituïções sociais serão tanto mais estáveis e perfeitas quanto mais esclarecida e elevada fôr a consciência cívica daqueles que hão de colaborar nelas, de perto ou de longe.

O estafado conceito da origem infalível e divina do poder político dos governantes

foi substituído pelo conceito mais humano do poder derivado da chamada consciência nacional, da massa da nação organizada, senhora de si e dos seus destinos. Mas àquela substituïção de conceitos teóricos não correspondeu a paralela formação da consciência cívica do povo por uma obra de orientada e continuada doutrinação e cultura. Nem tal consciência poderá atingir-se enquanto sôbre nós pesar, como chumbo, a ignominiosa circunstância de ser iletrada muito mais do que metade da população portuguesa, que o mesmo é dizer que muito mais do que metade da nação nem sabe nem pode conscienciosamente determinar-se com decisão e liberdade, no sentido que melhor assegure o presente e o futuro.

E se reflectirmos um instante sôbre êste facto duma esmagadora brutalidade e evidência, encontramos desde logo a origem e a explicação de certos fenómenos de ordem social e política que, nos últimos trinta anos, têm impedido que a vida nacional siga um ritmo sereno e progressivo. E verificamos também desde logo que é preciso atacar o mal na sua origem se lhe queremos dar remédio pronto e seguro.

*

* *

Em Portugal só por alturas do século XV, aí pelo tempo de D. Afonso V, se descobrem os primeiros vestígios do ensino primário que não tem ainda carácter público, vivendo da generosidade, por vezes bem mesquinha, dos particulares.

Durante todo o primeiro período da história portuguesa, enquanto os nossos reis iam talhando, a golpes de montante, o solo abençoado da Pátria, a guerra absorvia tôdas as atenções e cuidados dos governantes. Nessa época o povo, utilitário e prático, que disputava aos mouros os territórios, e lutava com a realeza pela conquista dos forais que lhe asseguravam a independência a que aspirava, não tinha mais escolas que as dos conventos e mosteiros que só ensinavam o catecismo e eram freqüentadas por aqueles que se destinavam ao serviço da igreja.

Todos, desde o rei e os nobres até aos mais humildes mesteiréis eram analfabetos. Depois de terminada a conquista do território nacional aos mouros, a fundação da Universidade representa a primeira tentativa de organização do ensino público. D. Diniz foi o primeiro rei português que soube assinar pela sua mão as leis que promulgou.

A partir do reinado de D. João I, com o desenvolvimento do tráfico do comércio e com a expansão colonial portuguesa, começa a fazer-se sentir a necessidade da instrução que é favorecida e animada pela introdução da imprensa e pelo alargamento do número de funcionários que

os extensos domínios de além-mar exigiam.

Mas, a-pesar do avultado número de escritores e eruditos do século XVI, o ensino geral, sempre entregue à iniciativa particular, tem em todo êste período um carácter predominantemente religioso e aristocrático, sendo quási nula a cultura popular. E' certo que existiam já mestres de primeiras letras cujo ensino se limitava ao catecismo; mas para se ver como era ministrado êsse ensino basta reparar nesta passagem de João de Barros, o cronista da Índia e autor da *Cartinha para aprender a ler;* diz êle que: «*Quando hû môço say da eschola, nã fica cõ nickil* porque se deixa *ẽ todalas nobres villas e cidades qualquer idiota e nã aprouvador ẽ costumes de bô uiuer poer eschola de insinar mininos*». (Diálogo em favor da nossa linguagem).

A-pesar-de tudo, mercê da virilidade do povo e da elevada e firme política de governantes ilustres, como D. João II, Portugal caminha até ao século XVI na vanguarda das nações cultas, realizando a obra formidável dos descobrimentos. Desde a visão esclarecida e profunda do Infante D. Henrique até ao vigoroso pensamento político de D. João II, desde as ingénuas composições dos trovadores até à maravilhosa epopeia de Camões, em tudo se afirma a vitalidade dum povo sadio e forte, senhor de si e dos seus destinos.

Mas a nação esforçada e heróica que desvendou os mistérios do mar tenebroso e por todo o mundo dilatou a fé e o *império* deixa o seu lugar de destaque logo que a energia e a originalidade nacionais foram abafadas pelo Index e pelos beleguins do Santo Ofício. E, à primeira atitude dominadora e progressiva, da nação portuguesa, sucedeu uma passividade doentia e profunda que foi até ao extremo da perda da autonomia nacional.

A Companhia de Jesus, introduzida em Portugal por D. João III, com a sua tremenda organização pedagógica, teve o monopólio quási completo do ensino durante mais de dois séculos, e, pelo processo da obediência passiva — *per inde ac cadáver* — transformou o Portugal audacioso e culto da era quinhentista, o Portugal brilhante do Infante de Sagres e de Pedro Nunes, numa nação pobre e beata, atrazada em mais de um século do progresso e da marcha dos outros povos do mundo. O monopólio da Companhia de Jesus não fez mais do que substituir o antigo espírito original da monarquia de Avis pelo espírito jesuítico que identificou a nação com a Companhia. Este espírito jesuítico, diz o falecido professor Alves dos Santos, vago ainda no tempo de D. Sebastião, acentua-se e radica-se sob a dominação filipina, persiste na Restauração e depois dela prolongando-se para além da época em que aquele monopólio foi extinto. (O en-

sino Primário em Portugal). A cultura popular fazia-se pela prègação e catequese e a Companhia defendia o abstruso critério de que a instrução do povo era prejudicial à sociedade e à salvação das almas dos trabalhadores. O Padre Inácio, ensinando a cartilha nos átrios e nas ruas, às crianças da plebe, era bem o símbolo dessa acanhada e deprimente pedagogia que tanto concorreu para a ruína da nação. (Oliveira Martins, «História de Portugal»)

E assim é que, ignorante e inculto, fanatizado e deprimido, o povo português, no dizer de Pinheiro Chagas, no século XVIII, «arrastava-se no seio da miséria, do embrutecimento e do fanatismo; uma côrte frívola, devassa e beata insultava a miséria popular com a sua sumptuosidade; a instrução pública estava paralizada nas mãos dos jesuítas, e os cristãos novos, que constituíam a parte mais esclarecida da nação, fugiam para o estrangeiro com mêdo do Santo Ofício; no reino decadente e pobre havia uma grande sombra, cortada apenas pela chama dos autos da fé.»

No tempo do devoto rei D. João V a Companhia sofre o primeiro golpe no seu monopólio do ensino, pela concorrência dos frades da Congregação do Oratório. E as ideas filosóficas do empirismo e cartesianismo provocam um movimento de renovação que imediatamente facilita e prepara as reformas do grande Marquês. Entre as figuras destacantes dêsse movimento, avulta a do erudito Luiz António Verney, com o seu *Verdadeiro Método* de estudar, obra em que pela primeira vez se proclamam, entre nós, os princípios da generalidade e gratuïdade do ensino primário, embora com certas restrições.

E de tal modo se consideravam revolucionárias as doutrinas de Verney que êle teve de se furtar às perseguições do Santo Ofício, e nem pelo próprio dr. Ribeiro Sanches, espírito brilhante desta época e de certo modo mentor ou sugestionador do Ministro de D. José, conseguiu ver perfilhados os seus pontos de vista.

Assim é que, enquanto pela Europa do século XVIII se discutia Pascal e Newton, Portugal perseguia o erudito L. A. Verney, queimava o *Judeu*, e ficava agarrado como um náufrago à escolástica de S. Tomaz de Aquino fazendo rapapés às freiras e denúncias ao Santo Ofício.

E' certo que, como escreve Santana Dionísio, o Marquês de Pombal procurou abrir algumas janelas para a Europa, enquanto o amo fazia tranqüilamente torneados de marcenaria. A carta de lei de 6 de Novembro 1772 que organizou o ensino primário, embora de sistema incompleto e imperfeito, representa um notável progresso para o seu tempo. No entanto, não devemos atribuir a esta reforma, como já se tem feito, ideas e princípios que só à revolução francesa pertencem, tais como o princípio da generalidade

do ensino que não existe na reforma pombalina, onde se declara que «*o catecismo basta para os indivíduos empregados nos serviços rústicos e nas artes fabris.*»

A-pesar-de todos os seus defeitos e imperfeições, essa reforma teve, porém, um acentuado valor social, pela situação que criou aos mestres régios e pela criação da direcção técnica superior do ensino com inspecção directa.

Mas logo que das bandas da Bastilha começou a soprar, cortante, o vento da liberdade, as janelas abertas pelo Marquês sôbre a civilização da Europa foram fechadas pela reacção dos imediatos sucessores de D. José.

Logo em 1779, um ano depois da morte dêste rei, a reforma de 16 de Agôsto inutilizou tôda a obra de Pombal e assegurou a vitória completa da reacção jesuítica. Por esta reforma, segundo a *Memória*, do professor Santos Marrocos (Rev. Ed. Ensino) a distribuïção das Escolas «*foi feita por quem não tinha conhecimentos e tino dêste reino, sem examimar a capacidade das povoações assim na grandeza qualidade e distância. E os mestres como bolforinheiros com lojas de canquilharia vendiam aos discípulos, papel, tinta, penas de escrever e lápis, taboadas, etc., e faziam imposições mensais, contribuindo cada um com água de beber, tendo mais alto preço sendo por hû copo: e o mais que omito.*

«*Se alguém quisesse estar com presunção de gravidade, separado em hũa casa ou quarto particular e vigiado com mais atenção no ler e no escrever a que se chama Aula de horas vagas, satisfaria por vários preços. Porém ainda ao mais pobre da chusma que no fim do mês não pudesse contribuir com 120 reis, a quem compete o nome de discípulo da Escola Regia, lá são remetidos os çapatos do senhor mestre, e levados pelo pequeno para serem con certados pelo pobre pay; ou qualquer outro traste competente a seu ofício.*»

Foi neste pavoroso estado que a revolução liberal veio encontrar a cultura popular portuguesa. Os revolucionários de 1820, com o seu respeitabilíssimo mas ingénuo idealismo, à fôrça da constituïção e leis, empenharam-se em resolver o problema da cultura nacional. Em pouco mais de um ano publicaram-se as leis que estabeleceram a generalidade e a liberdade do ensino, criando escolas e regulando a situação dos mestres. Mas tôdas estas medidas foram derrogadas em 1823, pela restauração, que aboliu liberdade do ensino *a fim de que se não transmitisse alguma doutrina contrária aos bons costumes e aos princípios dos governos.* O despotismo e a intolerância dos partidários de D. Miguel esmagaram completamente a instrução popular. Em tôda a parte e em todos os tempos às mesmas causas corresponderam os mesmos efeitos. A primeira reforma do

ensino publicada depois da definitiva derrota do miguelismo foi a de Rodrigo da Fonseca Magalhãis, em 1835, logo refundida e modificada por Passos Manuel no ano imediato. Da notável pléiade dos homens da revolução de 1820 que, nem por terem sido românticos em demasia, merecem menos da Pátria que êles sempre desejaram engrandecer, deve destacar-se a figura do Mousinho da Silveira que foi o maior dos obreiros da demoracia naquela época. E, no campo dos teóricos da educação, dos tratadistas dá pedagogia, não devemos esquecer o nome do imortal Garrett cuja obra *Da educação* fica sendo, a-pesar--dos seus exageros e defeitos, um apreciável tratado de educação geral.

O sistema das reformas da monarquia constitucional oscilava entre a centralização e a descentralização do ensino, mas tôdas elas foram sucessivamente consignando os princípios da generalidade, obrigatoriedade e gratuïdade.

Porém, aquelas reformas de 1835 e 1836 pouco tempo vigoraram, e foram substituídas pela lei de 1844, que representa um evidente retrocesso em relação a elas.

No período que decorre desde a reacção cartista até 1870, a instrução popular pouco adiantou, havendo que salientar apenas o legado do Conde de Ferreira destinado a construções escolares, algumas das quais são ainda hoje melhores que possuímos. Neste espaço demais de 20 anos a cultura popular é sacrificada às rivalidades partidárias e o critério que preside à sua organização, desenvolvimento e orientação pode aferir-se por esta simples nota muito elucidativa:

Em 1861 e 1862 fizeram-se inspecções extraordinárias às escolas, mas tais inspecções foram feitas pelos inspectores de... pesos e medidas e pelos... administradores dos concelhos!...

Em 1870 criou-se o primeiro Ministério da Instrução Pública, dirigido pelo espírito brilhantíssimo de D. António da Costa que, pela lei de 16 de Agôsto dêsse ano, reformou o ensino primário num sentido descentralizador e liberal. Mas as vicissitudes políticas e o critério da economia apertadíssima, que é uma doença que há muito vem atacando as instituïções educativas, haviam de fazer cair a obra de D. António da Costa para só, de 1878 a 1881, vermos efectivamente em comêço de realização a primeira reforma descentralizadora do ensino primário português. Esta reforma, promulgada por Rodrigues Sampaio, procurou tornar efectivo o princípio da obrigatoriedade escolar pela criação das comissões de beneficência e ensino, e melhorou a organização técnica das escolas promovendo as conferências pedagógicas e decretando uma ampla liberdade do ensino. A crise de 1891--1892 determinou a adopção de medidas que destruíram

todos os benefícios produzidos pelas duas reformas anteriores e fizeram retrogradar a escola ao deplorável regime do tempo do cartismo. A educação popular, paralizada e caótica no meio do progresso europeu, faz de Portugal um povo atrazado e inculto, em chocante deconformidade com os outros povos civilizados do mundo. Chega-se a 1901, e o govêrno de então tenta resolver mais uma vez o problema da cultura geral, certamente convencido de que o ressurgimento nacional só pode alcançar-se mediante a solução daquele problema fundamental. Novamente se reforma o ensino primário; e embora esta reforma não tenha sido aquilo que poderia e deveria ser, representa um louvável esfôrço no sentido de aperfeiçoar as instituïções de cultura popular.

Por êste rápido resumo da actividade pedagógica da monarquia constitucional verifica-se sem sombra de dúvida que, a-pesar-de tôdas as leis e de todos os esforços dispendidos, a-pesar-do carinho, talento e dedicação que votaram à cultura popular homens da envergadura mental e moral de Garrett, Castilho e João de Deus, o problema essencial do ensino primário, da instrução geral continuou sem solução. Nem os revolucionários de 1820 nem os liberais da monarquia constitucional puderam resolver êste importantíssimo problema e, por isso, ao fim de mais de meio século de liberalismo, a nação portuguesa estava quási no mesmo grau de ignorância e fanatismo do tempo das subreptícias incursões nocturnas no convento de Odivelas. Não nego que o país tivesse mais escolas. ou antes, mais casas onde se reüniam crianças, do que no tempo de Pombal; mas o que era o estado abominável dessas escolas, sem material, sem orientação técnica e sem organização racional científica, conhecem-no todos aqueles que tendo hoje dobrado o cabo tormentoso dos 40 anos, conservam dos seus tempos de infantes algumas recordações bem dolorosas. Sabido é também que o país tinha as estradas de Fontes Pereira de Melo e o caminho de ferro e telégrafo do malogrado rei D. Pedro V. Mas o povo, na sua ignorância e fanatismo, tomava a máquina a vapor como uma perigosa obra de Satanaz, e mais de uma vez os fios e postes do telégrafo foram cortados e destruídos por serem uma diabólica invenção do inferno.

Não sou dos que se comprazem em criticar o passado, rebuscando motivos de censura para encobrir ou explicar os erros do presente. Há certas pessoas que têm o prazer doentio de cuspir insultos sôbre os erros passados, até mesmo sôbre aqueles erros que, por serem muito próximos, são também nossos.

Eu não pertenço a êsse número porque penso que se no passado há erros que é preciso suprimir ou corrigir, não nos devemos confinar na

atitude cómoda e fácil de fatalistas carpideiras que só lamentam e nada constróem; eu não enfileiro no número daqueles críticos derrotistas porque penso que também pelo passado se encontra muita coisa aproveitável e boa que é preciso continuar e aperfeiçoar. E isto interessa-me muito mais em relação a um passado próximo, cujas directrizes podem ainda sobreviver e desenvolver-se do que em relação a um passado longínquo cujas tentativas se esfumam com a distância, e não poderiam já ser seguidas senão em muito diferentes condições de meio e de tempo.

Mas regressemos ao meu assunto. A República, ao proclamar-se, procurando elevar o nível mental e moral da nação, tinha de encarar o momentoso problema da cultura popular; e, manda a verdade que se diga que, no Govêrno Provisório, se tentou um apreciável e sincero esfôrço neste sentido.

A reforma da instrução primária de 29 de Março de 1911, da autoria do ilustre e saüdoso democrata dr. António José de Almeida, marca na história da República como uma decidida e orientada acção para trazer remédio eficaz ao problema da educação popular.

Se essa reforma represen tou ou não tudo quanto podia ter-se feito para democratizar o ensino, se ela foi pouco radical e um tanto idealista, e, por isso mesmo, ineficiente, não o discuto agora, porque não é esta a melhor oportunidade de o fazer nem isso está dentro do meu objectivo neste momento. O que se sabe é que, a-pesar-de tôda a boa vontade, tal reforma nem chegou a ser completamente executada nem deu ao problema da cultura geral a solução definitiva e completa.

Justiça é, no entanto, acentuar que a República nascente criou e pôs a funcionar um grande número de escolas, e, no seu primeiro Govêrno, mostrou bem que considerava o problema do ensino como um dos mais importantes para o progresso e bem-estar popular.

A' data da revolução de 1910 havia em todo o país aproximadamente 6500 escolas para crianças e adultos, incluindo nesse número cêrca de 1000 escolas particulares. Significa isto que para um país de 5.700.000 habitantes havia uma escola por cada 14 quilómetros quadrados e por cada grupo de 900 habitantes. Era esta a herança que a monarquia legou ao novo regime. Era neste estado de incultura da massa que os homens da República haviam de organizar a democracia. E certamente o teriam conseguido em grande parte, se a guerra europeia, com os abalos que causou em todo o mundo e com a forte repercussão que teve entre nós, não obrigasse os Governos a voltarem as suas atenções quási exclusivamente para o instante problema da defesa externa e interna, deixando de lado a maio-

ria dos outros problemas nacionais.

Mas logo que a grande guerra terminou, e apenas foi restabelecida no país a plenitude dos poderes constitucionais, em 1919, a República tentou mais uma vez resolver o complexo problema da cultura popular. Reformou-se o ensino primário, geral, reformaram-se as escolas normais, criaram-se as escolas primárias superiores e acalentaram-se as escolas móveis.

Atravez as hesitações, exageros e precipitações com que foram feitas, nota-se nas reformas de 1919 o sincero desejo de acudir a todos os sectores da instrução geral arranjando uma solução que embora nem sempre tenha sido certa, procurava resolver cada um dos múltiplos aspectos daquele emaranhado problema.

As condições políticas da época e os sucessos que posteriormente se seguiram são de tal modo recentes e conhecidos que me dispensam de mais largo comentário.

Devo, porém, frisar bem que já depois de 1919 se tentou em Portugal uma reforma do ensino público de harmonia com as actuais exigências das ciências de educação e consentânea com as nossas necessidades culturais. Foi a reforma de João Camoesas-Faria de Vasconcelos, sôbre a qual caíu a indiferença de muitos e que, pelo apertado critério das economias forçadas, nem sequer foi discutida.

O que se sabe porque se vê, o que se sente porque tem a irrecusável evidência das realidades esmagadoras, é que a escola popular não corresponde ainda hoje aos seus objectivos essenciais e àquilo de que a nação carece para se desenvolver e progredir. Portugal é um país onde se lê pouco e, geralmente, muito mal. E não se lê além doutras razões, por esta: é que a maior parte da nação não sabe ler.

A escola popular tem ainda deficiências a que urge dar remédio e que são bem conhecidas. Por um lado, há muitas aldeias, muitos núcleos de população que não têm ainda escola nem podem aproveitar-se das escolas vizinhas; por outro lado, a maior parte das escolas existentes, não passam de imundos pardieiros, sem ar, sem luz e sem conforto, onde as crianças são encarceradas umas poucas de horas em cada dia. Compreende-se assim o desgôsto que a criança toma por uma escola que em vez de ser um lugar de atracção e alegria, é um lugar de suplício e de repulsa. A estes factores, já de si tão importantes, junta-se a ineficácia da acção do mestre, por absoluta falta de todos os meios que promovem e facilitam a freqüência escolar e a acção educativa. Efectivamente, ao lado da escola não se se encontra nenhuma das organizações pré e circum-escolares, que fazem da escola uma instituïção de eficiência e valor social. Faltam as cantinas, as associações de assistência,

as caixas escolares, as associações de pais e alunos, as organizações que se dirigem à cultura física e moral, falta tudo. Por isso, a acção extra-escolar, que é das mais importantes e valiosas, quási não existe entre nós.

Eu sei que a lei da obrigatoriedade consigna a aplicação de multas por falta de matrícula e freqüência; mas essas multas, geralmente, nem se aplicam nem podem aplicar-se sem grave violência e iniqüidade. De facto, eu penso que será uma obra de violência e iniqüidade aplicar multas aos pais que, reduzidos a uma negra condição económica e debatendo-se com a miséria, não mandam os filhos à escola-pardieiro, e antes lhes aproveitam o valor económico, empregando-os noutros trabalhos de rendimento imediato e palpável.

A criança durante o período de escolaridade, representa para muitas famílias um apreciável valor económico de que elas só dificilmente poderão prescindir. Ao valor do *capital humano*, que aumenta com a cultura mas que só é realizável no futuro, preferem as famílias o valor da *máquina* que é real e efectivo no presente. Despreza-se o valor do homem futuro, mas mata-se a fome no presente; e a fome é, neste como em muitos casos, um péssimo conselheiro.

Depois, eu ouso preguntar a todos os homens de coração e bom juízo se será equitativo e humano obrigar uma criança de 6 a 10 anos a encerrar-se num casebre desabrigado e desconfortável durante 5 ou 6 horas em cada dia, quando essa criança nem tem vestidos que a agazalhem do frio nem tem no estômago alimento que lhe permita produzir trabalho de espécie alguma.

O mestre, quási abandonado e entregue às suas próprias fôrças por êsse país além, não tem possibilidade de fazer muito mais do que faz. E chega mesmo a ser uma maravilha de esfôrço e dedicação a obra de tantos professores que em condições tão precárias ainda conseguem tirar do ensino algum rendimento e proveito. Estas dificuldades, já quási insuperáveis, são ainda agravadas pela deficiente preparação profissional dos professores que não têm tido, e, em meu critério, continua a não ter a necessária cultura geral e técnica.

Para se ver que isto é assim, basta reflectir no que já hoje se faz entre nós com a preparação dos mestres do ensino secundário que são forçados a adquirir uma larga cultura geral e uma especializada formação profissional. Ora, o ensino das primeiras letras não exige menos amor, nem menos tacto nem menos cultura do que o ensino secundário. E eu próprio não consigo distinguir onde está a diferença entre a preparação geral e profissional necessárias para o ensino da última classe da escola primária e as que são necessárias para o en-

sino das primeiras classes dos cursos secundários. E' evidente que, para exigir aos mestres de instrução geral uma maior cultura e uma acção social mais extensa e profunda, é necessário dar-lhes as condições monetárias suficientes para uma vida modesta de estudo continuado e persistente, porque enquanto êles auferirem os magros vencimentos que recebem, terão de procurar noutras ocupações, e num esfôrço suplementar esgotante, os recursos que lhes permitam viver. E a acção educativa é, dêste modo, muito prejudicada, visto que essa acção, pela multiplicidade de aspectos que reveste e pelas dificuldades que acompanham o seu exercício regular, exige que se lhe consagrem tôdas as horas e que a ida do educador decorra numa atmosfera de calma e tranqüilidade, quando menos, para se não reflectirem na formação moral dos alunos as angústias e desesperos que vão na alma do professor.

A coroar êste quadro de autêntica vergonha nacional, há a espalh fatosa instituïção da inspecção escolar, órgão luxuoso e sem finalidade proveitosa, que longe de ser seleccionado pelos modernos processos de valorização profissional, tem andado desde há muito ao sabor das conveniências e oportunidades não do ensino, mas dos homens. Assim, não é de admirar que êsse órgão que deveria ter a útil função de actividade orientadora, inteligente e progressiva, esteja reduzido à mesquinha ocupação burocrática do ofício consagrado do «*Comunico a V. Ex.ª*», e, acessòriamente a uma função policial mais irritante do que proveitosa. O que sabemos das inspecções escolares, pelos relatórios que anualmente são por elas elaborados, constitui o mais formidável libelo contra a existência dêste órgão que, por falta de meios materiais e de capacidade profissional, não tem, nas circunstâncias pesentes, uma função útil e produtiva. Perdão!

Produz ofícios e processos disciplinares. Presto tributo à justiça, declarando aqui que, no meio desta «apagada e vil tristeza», há ainda uns raros inspectores de superior cultura e profundo conhecimento das realidades do ensino, que, por serem raros, formam uma admirável excrescência, tal como a pérola da fábula no meio do... esterquilínio.

*

* *

E agora, que ràpidamente observámos o quadro geral da cultura popular portuguesa, peço licença a v. ex.as para confrontar com o nosso o esfôrço da jovem República espanhola, que tem no Ministério da instrução pública o talento formoso e o espírito brilhante de Fernando de los Rios. São dêle as palavras que vou reproduzir. Para as esclarecer, não são precisos comentários, porque os factos

que elas traduzem são suficientemente claros e explícitos para mostrar a todo o mundo que os homens da República espanhola desejam construir e sabem na realidade construir a verdadeira democracia.

—«Comecemos pela instrução primária. Tínhamos 35:716 escolas nacionais; faltavam 27:151, como mínimo. Que fizemos? Criámos 7:000 escolas. Das escolas criadas, 6 280 estão já terminadas e algumas funcionando... Mas, para conhecer o que êste esfôrço representa na ordem económica, devem colocar-se-lhe ao lado estes números: —só a criação das 7:000 escolas supõe 35 milhões de pesetas anuais de aumento no nosso orçamento... E para perceber o ritmo que estes factos representam na transformação escolar de Espanha apresentamos um número indicativo do esfôrço que fizeram as próprias povoações: —a criação destas 7:000 escolas representou um desembôlso anual, por parte dos Municípios, de dez milhões e meio de pesetas; e ainda um gasto anual, pelos encargos permanentes que o facto acarreta, de 3.850:000 pesetas. ¿Mas, o que é que representa, relativamente ao passado imediato, êste esfôrço da República espanhola? De 1909 a 1931, em 22 anos, tinham-se criado 11:128 escolas, ou seja uma média anual de 505 escolas. Quere dizer que nós fizemos em dez meses o que a monarquia realizava em catorze anos. A monarquia, ia, pois, aumentando cada vez mais o número de analfabetos espanhóis e nós vamos liquidá-lo completamente num prazo de 6 anos.

O admirável esfôrço de Madrid

«Para construções escolares havia 8.500:000 pesetas, apròximadamente, e quando chegámos ao poder já se haviam gasto 2.700:000 pesetas. Restavam-nos, portanto, 5.800:000, das quais um milhão estava comprometido com o Município de Madrid. A República encontrou no Ministério 1:194 representações de Ajuntamentos que pediam a construção dum total de 3:061 secções escolares num valor de 70 milhões de pesetas...

«Vêde nessa cifra, nessas três mil e tantas escolas pedidas pelas povoações, um sinal da fome de cultura que existia no nosso país. E vêde também como o advento da República, a-pesar-do esfôrço que tem feito para satisfazer êsse apetite, longe de o ter acalmado, o avivou ainda mais. O número de representações que hoje temos no Ministério passa de 2:000, o que representa 160 milhões de pesetas, se tiverem de ser construídas tôdas as escolas solicitadas... Dentro de duas a três semanas o Ajuntamento de Madrid terá concluído as 225 escolas que, com carácter de urgência, se comprometeu a fazer em 10 ou 11

meses. ¡Duzentas e vinte e cinco escolas em onze meses! Estão já concluídas mais de duzentas, que absorvem uma população infantil de 11:250 crianças. O Ajuntamento de Madrid sustentou também 18 grupos escolares...

«Todos estes esforços conjugados do Ajuntamento e do Estado permitirão, num prazo muito curto, ministrar o ensino a 22:500 crianças...»

E para que se veja o impulso geral de crença na cultura que se apoderou do país, apresenta o ilustre Ministro espanhol o exemplo de 4 terras que multiplicaram, neste último ano, o número das suas escolas. Um dêles, o mais frisante é o caso de Caramachel Baixo, povoação de 32:000 habitantes, que tinha 5 escolas e criou 32, estando incluídas no novo orçamento mais 20.

Continuemos, porém, a ouvir o eminente homem público do país vizinho:

«Mas a escola, diz êle, não é só o edifício, a escola é fundamentalmente o mestre. E ao esfôrço que a Espanha faz em prol da cultura é indispensável que corresponda uma modificação essencial na formação científica do mestre e na sua actuação profissional. O trabalho do mestre tem que ser hoje infinitamente maior e de qualidade diferente.

«O mestre necessita de três emoções fundamentais, sem as quais não cumpre a sua função de educador. O professor precisa de ter profunda fé na cultura, intenso amor pela criança e um alto sentido do respeito que se deve à consciência da criatura que se lhe entrega

«A República, continua o ilustre Ministro, tinha de resolver o problema da formação do mestre e resolveu-o exigindo que os professores passem pelo ensino secundário ou Instituto, de modo que o mestre, de hoje em diante, chegará à sua formação profissional depois de ter recebido a formação universalista, humanista, da escola secundária...»

«Para isso criámos a secção de Pedagogia na Faculdade de Filosofia e Letras de Madrid. De modo que o professor que vai para as Normais seja um homem integrado cientificamente com a formação secundária e com a formação universitária. Mas não basta formar o mestre, senhores e senhoras; é preciso em seguida preocuparmo-nos para que a aldeia em cuja solidão êle vai viver, o não deforme... E para isso não há tècnicamente, mais do que duas formas: de um lado aumentando a inspecção escolar — nós criámos com novos inspectores — e por outro lado chamando periòdicamente o mestre e submetendo-o a pequenos cursos intensivos. Também o fizemos. Mas ficava sempre subsistente e, porventura ainda mais profundo, o abismo cultural entre o mestre e o meio aldeão. Era, portanto, preciso arranjar maneira de mobilizar a aldeia. Como

consegui-lo? Eis aqui a finalidade das Missões Pedagógicas.

«¿O que é a Missão? ¿Como vai ela pelas aldeias? A Missão Pedagógica é, antes de tudo, uma obra de entusiasmo e desinterêsse...

«A Missão Pedagógica percorre as povoações numa camioneta. Vão professores e professoras, caixotes com livros, gramofones e aparelhos cinematográficos. Chegam a um lugar e freqüentemente julgam-nos saltimbancos, porque êles e elas se põem a trabalhar desde o 1.° momento, a desfazer os seus caixotes e a falar com o povo. E a experiência aconselha que devem apresentar-se nas povoações, mostrando que vão em missão oficial de cultura, porque até em alguns sítios já tem havido princípio de ataque aos componentes da Missão.»

Numa aldeia há pouco visitada pela Missão «mais de 50 por cento da população nunca tinha visto o cinema nem ouvido um disco de gramofónio.

A película e o disco são acompanhados por sua vez com leituras de poesias, aulas complementares, conversas íntimas com as mãis das crianças nas quais se lhes dão tôdas as espécies de conselhos a respeito dos filhos e da sua educação, e assim se demora a Missão, 4 ou 5 dias em cada aldeia.

As Missões Pedagógicas têm já instaladas nas povoações 160 bibliotecas circulantes e têm preparadas mais 100. Adquiriram 21 aparelhos cinematográficos, compraram 21 gramofónios e 5.000 discos escolhidos por alguns dos mais eninentes músicos espanhóis. Aquiriram-se também 55.000 volumes que se vão difundindo e espalhando. E actualmente está preparando-se o museu ambulante.

A Missão vai ser completada quando instalarmos o rádio. Eu tenho uma enorme fé na eficácia educativa dêste meio instrumental. Para o rádio e para o cinematógrafo consignamos no orçamento 900:000 pesetas.

Pensai agora no que vão ser essas aldeias quando, ao cair da tarde, nessa hora vazia em que já não há nada que fazer, se juntem na escola mulheres, homens e crianças para escutar o concêrto que se executa em Madrid, para ouvir o conselho que se lhes dá umas vezes relativo ao modo como devem cultivar as suas terras, outras à maneira como devem cuidar da sua vida espiritual... A Espanha será mais unida e a aldeia será mobilizada nas suas emoções cardiais. A aldeia deixará de ser um corpo inerte para ser um órgão vivo desta Espanha viva».

O ministro espanhol fala depois largamente da organização do ensino secundário e superior das escolas técnicas, da biblioteca nacional, dos altos centros de estudo e da cultura artística. Mas, terminemos aqui a citação que dá uma idea clara ácêrca do assunto que particularmente me interessa nesta exposição.

* *
*

Do que acabais de ouvir podeis tirar agora as conclusões que se impõem.

A cultura popular portuguesa deve fazer-se e tem de fazer-se urgentemente com decisão e energia se quizermos ter uma República de base autênticamente democrática e progressiva.

Para esta parte da grande obra nacional a realizar os remédios estão à vista e, em meu critério, podem resumir-se nos seguintes:

a) Criar e dotar escolas fixas e móveis em número suficiente para levar a tôda a parte a educação geral.

b) Completar a acção da escola pelo cinema educativo, pela rádio-telefonia, pelas bibliotecas fixas e móveis e por tôdas aquelas instituïções circum-escolares pre e post-escolares que dão eficiência à escola e facilitam a cultura popular.

c) Fazer uma cuidadosa preparação profissional dos professores e inspectores dando-lhes uma larga cultura geral de base humanista.

d) Intensificar, renovar e actualizar esta cultura do pessoal docente criando bibliotecas pedagógicas, promovendo conferências e organizando cursos periódicos de aperfeiçoamento.

e) Criar junto da Universidade a Faculdade ou Secção de Ciências da Educação, Faculdade ou Secção que deverá ser o centro propulsor e orientador de tôda a actividade pedagógica nacional.

f) Finalmente, modificar os métodos e, principalmente, renovar o espírito de todo o ensino.

*
* *

Antes de terminar consintam v. ex.ª que eu faça algumas considerações a respeito de três dos remédios que acabo de indicar. São elas tanto mais necessárias e oportunas quanto é certo que as realidades do presente as colocam sob a nossa observação imediata.

A Universidade Livre da Figueira da Foz inaugura hoje a sua biblioteca pedagógica. Este facto só por si é bastante para impor esta prestimosa instituïção cultural à consideração de todos quantos se dedicam ao estudo da organização da democracia e da cultura popular. Na verdade esta biblioteca representa uma apreciável iniciativa para conseguir que os professores primários desta região possam actualizar e completar a sua formação técnica, pondo-os em presença do que se vai fazendo pelo mundo fora no importante capítulo das ciências da educação. Sendo as obras dos diversos tratadistas e pedagogistas nacionais e estrangeiros, meditando-as e procurando aprofundar o conhecimento dos diversos sistemas e das variadas soluções que êles apresentam, esclarecerão o seu critério, formarão as suas opiniões e, sobretudo, deixarão de se sentir isolados

e desamparados na sua tarefa árdua, e, às vezes, tão ingrata. Terão o amparo e as luzes de tantos altíssimos espíritos que em todos os países do mundo se consagram a esta obra formidável da emancipação humana pela cultura e pela elevação moral. E sentirão a consoladora certeza de verem cooperar com êles, acompanhando-os na sua humildade e na sua abnegada função, algumas das mais generosas almas da humanidade. No convívio dos grandes educadores, desde Platão a Spencer, de Rousseau a Pestalozzi, a dr. Montemori e ao dr. Decroly, aprenderão a conhecer melhor e a amar mais fervorosamente o seu mister. Serão mais perfeitos e poderão trabalhar melhor.

Bem haja, pois, a Universidade Livre por esta fecunda iniciativa que é também uma esperança de ressurgimento.

*

*   *

Pode parecer demasiado atrevimento que eu tenha inscrito entre as soluções para o problema cultural português e modificação dos métodos e renovação do espírito de todo o ensino. No entanto, eu considero esta medida de uma imperiosa urgência e necessidade. Todos nós conhecemos o que é, ainda hoje, o espírito acanhado e rotineiro de muitas das nossas escolas. Nem é preciso cansar V. Ex.as com factos demais conhecidos, infelizmente.

Ora, a escola tem de ser de todos e para todos e, portanto, superior às paixões religiosas e às tendências políticas de qualquer seita ou partido.

Como meio de cultura, a escola tem de ser não só um instrumento patriótico e nacional, mas também um elemento de paz e colaboração internacional.

Para a escola só deve haver a verdade cientìficamente demonstrada, a verdade que se desprende naturalmente dos factos e das leis irrecusáveis da natureza e da vida, *a verdade verdadeira*, em suma. E mal irá ao país que fizer da escola o veículo duma pretendida verdade nacional, que, alimentando e agravando o antagonismo dos povos, atinge o carácter irritante dum *chauvinismo* intransigente e feroz, que, por isso mesmo, é contrário ao espírito de cooperação internacional. Numa época em que todos os Estados procuram eliminar os motivos da discórdia, pondo como ideal a realização da confederação de tôdas as nações, é um destempêro pôr a escola fora desta atmosfera de paz. Porque, ou os Estados estão sincera e lealmente cooperando com a Sociedade das Nações no sentido de suprimir a guerra, e então não devem alimentar as prosápias e exageros dum patriotismo, berrante e mal entendido, que faz da própria pátria a maior de tôdas, com injusto desconhecimento e desprêso de tôdas, ou então havemos de reconhe-

cer que as parangonas de concórdia não passam de palavras vasias de finalidade e sentido.

Além disso, a firmeza e unidade da verdade científica não é compatível com uma dúzia de verdades nacionais que são aquelas que a outras tantas nações podem convir em certos momentos. Por aquele peregrino critério, a verdade histórica subdividir-se-ia em tantas verdades quantos os países que, em relação ao mesmo facto, tivessem interêsses divergentes; e assim, a verdade de Aljubarrota seria diferente para portugueses e espanhóis, uma vez que, no respeitante a êsse facto, as duas nações tiveram interêsses opostos.

Se não fôsse abusar da generosa atenção de x. ex.as eu poderia citar muitos exemplos a tal respeito. Basta, porém, acentuar que a verdade *é uma e uma só*, em todos os países e em tôdas as latitudes, quer isso convenha ou não convenha ao govêrno duma nação ou aos govêrnos de muitas nações.

A cultura histórica, como base da educação cívica de cada país, tem de fazer-se sob um ponto de vista objectivo e superior aos estreitos interêsses ou acanhadas conveniências de partido ou seita.

A escola é, deve ser, um instrumento de paz e não uma arma de guerra. Poderá, além disso, parecer atrevido e estranho que eu defenda uma melhor preparação profissional dos professores numa época em que a pedagogia oficial e oficiosa, sob o pretexto de combater o analfabetismo, entrega a regência de postos de ensino geral a pessoas que não possuem preparação técnica alguma.

E' que eu sou dos que pensam que é preferivel deixar formar e desenvolver-se a personalidade em contacto com a natureza e sem instrução alguma a correr o risco, quási certo, de abafar a individualidade e deformar o carácter, torcendo-o ou asfixiando-o pela acção inconsciente e perniciosa de educadores ignorantes. A criança é um ser tão delicado e respeitável que vale mais não lhe tocar do que estiolá-la e deprimi-la no que ela tem de mais valioso: a originalidade e a personalidade.

E porque assim penso e porque julgo que a grandiosa obra da expansão da cultura popular só pode ser profícua se fôr orientada no sentido do respeito pelo autonomia e liberdade do ser que se entrega nas mãos do educador, por tudo isso é que eu entendo que devem urgentemente renovar-se os métodos do ensino e, principalmente, o espírito do ensino, que só valerá para o indivíduo como instrumento e meio da sua maior felicidade e perfeição.

*
* *

A cultura popular, intensa e extensa, no limite das possibilidades, é a base das organizações sociais democráticas

que, sem ela, resvalam no processo tirânico e asfixiante da da fôrça bruta ou do número esmagador e incaracterístico.

Se queremos, pois, uma democracia verdadeira e duradoura, terem s de fazer todos esta obra de doutrinação que levará cada homem ao pleno conhecimento do seu próprio valor como unidade e célula do organismo social. A cultura geral do povo é uma tarefa que exige muito esfôrço desinteressado e uma dedicação fervorosa que há de sempre ser determinada pelo amor e pela razão porque, na frase do grande Antero, é a «Razão irmã do amor e da justiça».

Quando esta conferência foi proferida em Coimbra, o sr. Manuel Monteiro fez a apresentação do conferente com estas palavras :

Minhas Senhoras e meus Senhores :

Em nome da Direcção da Universidade Livre de Coimbra, venho apresentar a V. Ex.ªe o dr. Neves Rodrigues. Apresentação, digo eu, por fôrça de hábito e modo de dizer que põe o conferencista em face do público que vai ouvi-lo. E' já clássica esta norma, de mostrar primeiro a pessoa, com mais sentido de lhe agregar um cortejo de adjectivos pomposos, do que pròpriamente no cumprimento de uma etiqueta consumada pelo uso corrente. Acresce ainda uma circunstância, que não é nada para desprezar: ou seja, ser a apresentação feita por pessoa de prestígio mental diminuto, quando o apresentado, como no caso presente, é de sobejo conhecido, e deu provas concludentes de uma inteligência clara, em concorrência com outras qualidades elevadas que formam uma personalidade de relêvo. Seja como fôr, bem ou mal, estou a desembaraçar-me dêste encargo que me foi cometido, e que de bom grado aceitei, pois que, se admiro Neves Rodrigues pela sua inteligência e pelo seu carácter, concorre em nós uma afinidade espiritual, que até nos promoveu um cativeiro comum, com celas separadas apenas.

Conhecem V. Ex.ªs, tão bem como eu, o dr. Neves Rodrigues, nado e criado em terras adjacentes a Coimbra, e aluno de quási todos os estabelecimentos de ensino da cidade. Conseqüentemente, esta apresentação, é aceitável sòmente no ponto em que toca a personalidade, desenraïzada do conhecimento **familiar,** e enquadrada, com acção e vida corrente, no ambiente nacional. Não concorre aqui o brilho de lhe chamarmos ilustre, grandioso ou distinto, adjectivos estes que entram, quási à surrelfa, em tôdas as consagrações nacionais, e resumem a secura da oratória acaciana. Seria mesmo ofender uma pessoa que tem passado o melhor da vida em luta contra a pacovice indígena, num **bom humor** de superioridade manifesta, ombreá-lo aqui, numa minúcia que fôsse, com o resto das costumeiras usadas no tradicionalismo empoado e ôco.

E nem está nos moldes que preconizamos, de visão clara e objectiva, sem penduricalhos adredes que encubram deformação ou insuficiência, nem a Universidade Livre se propõe ilustrar os seus conferentes com estilos rendilhados.

Num juízo global, em Neves Rodrigues admiramos a firmeza de atitudes, tanto mais destacadas, quando o olhamos através da timidez dos tempos presentes. O pondo em confronto; o professor culto que conhece bem o problema educativo, o Inspector que imprimiu a um círculo escolar uma orientação europeia, o advogado que rebusca no código penal com a naturalidade com que D. João V penetrava, de noite, no convento de Odivelas, eu tenho de concluir que Neves Rodrigues tem hoje uma personalidade inconfundível, e vincou um tipo que —ai de nós!—vai rareando.

A conferência de hoje, resume, em parte, a pessoa e a actividade de Neves Rodrigues. Ela dá a medida da sua visão de conjunto sôbre as nossas insuficiências colectivas, e mostra, outrossim, aquele mínimo

de espiritual que carecemos, e que os outros povos mais avisados vão realizando sem marasmos dolorosos, e sem lirismos de tradicionalismo de cartaz.

A Universidade Livre de Coimbra, que visa, longe de dogmatismos vesgos, e de igrejinhas sectárias, um mínimo de cultura e clarividência que torne possível um equilíbrio colectivo capaz de realizações volumosas, toma nota desta conferência, cujo carácter cultural e actualização perfilha, como instituïção puramente educativa. E trazendo Neves Rodrigues à sua colaboração, cumpre um duplo dever, que se torna-va quási uma obrigação: arrancar Neves Rodrigues à cláusura que se impôs, visto que circunstâncias fortuitas o desligaram do público, e mostrar um valor de merecimento, que cultivou o espírito no meio de agruras que fizeram sossobrar os mais corajosos. No balanço dos valores—valores activos e que não chupem na teta oficial—o nome de Neves Rodrigues há de ficar como símbolo de tenacidade e esfôrço honesto, que através de uns pares de anos de negrumes e incertezas, viveu a rigidez modesta da sua atitude recta, com o grangeado no seu trabalho pessoal, sem escoras nem auxílios alheios. Entre tantos de pensamento estreito e untuosidade nas falas, dêstes que ciciam banalidades ao imperativo **dominante**, êle conserva a superioridade de uma ideologia que o levou ao destêrro, e toma agora as consequências com um **bom humor** que faz destemperar os **confrários.** Razões de relêvo obrigam, por conveniências gerais, a calar o melhor e mais saboroso da vida, digamos, intelectual, de Neves Rodrigues. Que foi um professor — e é ainda, com muito agrado dos seus alunos—com conhecimento perfeito da sua missão, atestam-no um sem-número de provas que todos vós conheceis. Como Inspector Escolar—com concurso de provas públicas, para não confundir com os **favores** do *Diário do Govêrno* — criou directrizes no professorado do seu círculo, de harmonia com as novas correntes educativas, e em relação do nosso atrazo cultural, com o que se deverá aproveitar dos meios usados na Europa civilizada.

Como advogado, tem o relêvo inerente à honestidade íntima, na briga entre a chicana forense e uma sensibilidade que se compadece com tôda a desventura alheia. Sem querer, vai nisto o seu melhor elogio. Numa época de sornice e de predomínio argentário, em que a maior parte procura a satisfação de apetites grosseiros, Neves Rodrigues desperdiça proventos imediatos, para complemento de uma sensibilidade que se contorce ante cabalas e trapaceirices que formam certos emaranhados da vida.

Quási no fim, direi, com mágoa, por ter feito uma apresentação descolorida e de magros recursos — imprópria do lugar e da pessoa que se visava — que pus na intenção e melhor de mim mesmo, e que, se me faleceram as palavras no arranjo que concebi, sobeja-me admiração pelo conferente que ides ouvir. Medido o tempo que me era destinado, e querendo fugir ao costume de enrolar adjectivos lustrosos, preferi, embora isso vos pese, dizer assim, terra-a-terra, o que convinha para uma elucidação de conjunto.

Meti-me em três empecilhos, que só agora meço bem: a minha insuficiência para o fim desejado; o tempo, que está na relação do conferente, e lhe pertence, medido com a paciência dos ouvintes; e, finalmente, êste ambiente enuviado, que obriga a um simbolismo vago, nos pontos de mais merecida análise e observação.

O dr. Neves Rodrigues, que vai falar, certamente abrirá no nosso espírito um clarão que alumie a palidez com que eu tracei um **nada,** nas suas qualidades essenciais.

Por êle, directamente—que não por mim—na sua cultura ordenada e na síntese analítica da exposição que vai fazer-vos, V. Ex.as ajuïzarão do seu valor, e mais, da clara visão que tem do problema da cultura geral.